

O texto polêmico ou a polêmica do texto: eremitismo, literatura e sociedade na Chartres do século XII¹

Gabriel de Carvalho Godoy Castanho

RESUMO

O presente artigo aborda os *versus Pagani Bolotini de falsis heremitis qui vagando discurrunt*, escrito por um cônego de Chartres (atual França) no início do século XII. Momento de grande efervescência sócio-religiosa marcada pelo recrudescimento ascético e moral da chamada “reforma gregoriana”, o poema nos oferece a possibilidade de abordar a temática eremítica medieval segundo um enfoque renovador: a dinâmica entre literatura e sociedade. Visando compreender a sociedade como um todo onde suas partes estão sempre em movimento, buscamos conciliar metodologias históricas, literárias e codicológicas a fim de cobrir diferentes etapas da produção e do consumo social do significado do texto medieval.

Palavras-chave: Retórica-Histórica. Codicologia. Eremitismo.

The polemic text or the polemics of text: Eremitic life, literature and society in XII century Chartres

ABSTRACT

This article discusses the *versus Pagani Bolotini de falsis heremitis qui vagando discurrunt*, written by a canon of Chartres (France) at the beginning of the twelfth century. As a moment of great religious effervescence characterized by the ascetic increase and the moral of the so called “gregorian reform”, this poem offers the possibility of dealing with the topic of medieval eremitism under a renewed approach: the dynamics between literature and society. Our aim is to join historical, literary and codicology methodologies in order to cover different phases of the social production and consumption of the meaning of the medieval text, always understanding the society as a dynamic whole. Aiming to conceive of society as a whole made up of ever evolving parts, the study seeks to bring together the methodological procedures of History, Literature, and Codicology in order to encompass the different phases of the social production and consumption of the meaning of the medieval text.

Keywords: Historical-Rhetoric. Codicology. Eremitism.

Gabriel de Carvalho Godoy Castanho é Doutorando em História Social pela USP.

¹ O presente texto faz parte de dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo no ano de 2007 sob a orientação sempre atenciosa do professor Dr. Flavio de Campos. Gostaria de agradecer também aos professores Marcos Martinho dos Santos, João Adolfo Hansen, Antonio Alcir Bernárdez Pécora e Hílário Franco Júnior por terem me recebido de braços abertos com leituras atentas de minhas traduções latinas e generosas contribuições analíticas acerca da dinâmica entre história e literatura presente no poema sobre o qual eu me debruçava.

Textura	Canoas	n.18	p.5-20	jul./dez. 2008
---------	--------	------	--------	----------------

DATAÇÃO E AUTORIA

Os *versus Pagani Bolotini de falsis heremitis qui vagando discurrunt* foram editados em 1908 por W. Meyer e em 1958 por J. Leclercq. Essas edições foram acompanhadas pelos dois únicos estudos históricos realizados até hoje sobre o documento. Pouco trabalhado, mas não pouco conhecido: referências a ele aparecem em inúmeros estudos sobre os mais diversos temas (eremitismo, pregação, monasticismo, monografias regionais, poética latina etc.), como um exemplo de práticas eremíticas falsas. Passado quase meio século de sua última edição, é preciso agora retornar ao documento e lê-lo de forma atenta, revendo algumas questões e propondo outras.

Primeiramente, é preciso dizer que não dispomos hoje do manuscrito autógrafa de *Bolotinus*. Possuímos apenas uma única cópia realizada em grafia gótica francesa de c. 1240. Sobre a trajetória do manuscrito sabemos apenas que pertenceu ao mosteiro de Saint-Aubin d'Angers até 1740, quando entrou para o acervo da Biblioteca Régia francesa. A nacionalização das coleções, levada a cabo pelos revolucionários a partir de 1789, fez com que o códice passasse a fazer parte da Biblioteca Nacional da França, na qual se encontra até hoje sob o número 8433, nos f^o 112 à 114v da série latina.

Na busca pela datação da redação original do poema, é preciso atentar para elementos internos e externos ao documento. Orderic de Vital menciona o poema de *Bolotinus* em sua *Historia Ecclesiastica (Patrologia Latina. Vol. 188, col. 636. De agora em diante PL)*. Na passagem, o advérbio *nuper* nos indica proximidade temporal entre os dois escritos, sendo que, no capítulo seguinte, Orderic localiza claramente o momento de sua fala quando diz terem passado trinta e sete anos desde que Roberto de Molesmes fundou Cister (*PL. Vol. 188, col. 641*). Ou seja, esse trecho da *Historia* foi escrito no ano de 1135, data que, conseqüentemente, dá as cercanias da confecção do poema.

A questão é mais complicada quanto à data limite mais recuada, embora ao menos um termo nos pareça claro. A menção feita a Hugo de Nevers no poema utiliza sempre verbos no passado (*solebant, habebat, conficiebat, uolebat* v. 293-300), o uso do imperfeito se explica ao lembramos que se trata de um texto poético), dando a entender que as boas ações do bispo se perderam no tempo. Sabe-se que Hugo morreu em 1121, ou seja, *Bolotinus* teria escrito após essa data. Corrobora essa possibilidade a menção ao tempo em que os monges negros começaram a ser criticados. Trata-se do verso 196, passagem polêmica, objeto de interpretações contraditórias. Embora Meyer e Leclercq concordem em traduzir “*duobus terque decenis ab annis*” por “trinta e dois anos”, os autores da *Histoire Littéraire de la France* optaram pelo numeral 12 (opção que mais parece um erro de impressão). Meyer e Leclercq concordam em termos matemáticos, mas não em termos semânticos. Para Meyer, esse seria mais um indício da contraposição direta estabelecida pelo poeta em relação aos cistercienses (pois os trinta e dois anos remeteriam exatamente à fundação de Cister). Se o texto foi escrito trinta e dois anos após a fundação realizada por Roberto, isso significa dizer que ele foi redigido em 1130. Tese combatida por Leclercq no que se refere à identificação precisa do alvo das acusações poéticas, mas não no apontamento do possível ano de autoria do poema. As conclusões de Leclercq parecem bastante sólidas, não fosse a ausência de explicação sobre o porquê da surpreendente precisão com que o

poeta marca o princípio dos ataques aos monges beneditinos tradicionais. Dito de outra maneira, se não é aos cistercienses a quem *Bolotinus* se dirige, por que tamanha precisão ao apontar o momento em que seus inimigos surgiram?

De nossa parte, acreditamos, como tentamos demonstrar em nossa dissertação de mestrado (CASTANHO, 2007) que, embora as acusações não se restrinjam a esse ou àquele grupo, as referências culturais trazidas por *Bolotinus* fazem-no sempre pensar em função de preceitos primeiro monásticos tradicionais e depois eclesiásticos hierárquicos. Sendo assim, não é de estranhar que a identificação dos falsos eremitas com os cistercienses apareça no poema, ainda que eles não sejam nem os únicos nem os principais alvos do poeta. Finalmente, um último elemento na delimitação cronológica da confecção dos versos. Ao nos dirigirmos à documentação produzida em Chartres, encontramos, em torno do ano 1130, o nome de nosso cônego (ou suas variações) em diversos documentos da abadia de Saint-Père-en-Vallée e da própria catedral, demonstrando o relativo relevo de sua figura naquela época. Sendo assim, concluímos que *Bolotinus* escreveu seu poema entre 1130-1135 podendo a primeira data oscilar alguns poucos anos, para menos.

Não nos enganemos, contudo, com o fato de podermos apontar nominalmente o autor. A identificação de *Bolotinus* não é tarefa tão simples. Em primeiro lugar, porque o nome *Paganus* era bastante difundido na região; além disso, o sobrenome *Bolotinus* ou *Belotinus*, aparece relacionado poucas vezes (e de maneira incerta) a *Paganus* nos cartulários e obituários da região. Seguimos aqui o trabalho de Leclercq, que aponta a existência de um *Paganus de Mongervilla* irmão mais velho de *Herbertus Belotinus*, ambos cônegos da catedral de Chartres. Ainda segundo Leclercq, o poeta teria se tornado cônego em 1106 e ascendido ao arquiidiaconato em 1126, assim permanecendo até 1159 (embora assinasse como diácono no mesmo período). Tal trajetória sugere um canonicato de mais de 50 anos! O que nos faz concordar com Leclercq a respeito da dificuldade de afirmar definitivamente a existência de um único *Paganus* entre os clérigos chartreses na primeira metade do século XII (LECLERCQ, 1958 p.60-63). De qualquer maneira, é inegável a identificação do poeta com um membro ativo e de importante estatura eclesiástica no capítulo catedralsco entre 1130 e 1135. Vale ainda ressaltar que a função diaconal propiciou a *Bolotinus* uma relação com assuntos seculares que marcaram a escritura do poema: primeiro por seu papel sacerdotal que o aproximava dos fiéis por meio da pregação oral litúrgica; segundo por sua interferência direta nos assuntos administrativos da catedral.

Sabemos que, embora *Bolotinus* tenha alcançado um alto grau na hierarquia eclesiástica chartrense, seus escritos (exceto nosso poema) não tiveram grande brilho além do claustro catedralsco. Não foi um grande pensador da época. Nem mesmo um dos maiores mestres da escola capitular. Sua influência se resume a um texto, o que dificulta uma visão mais profunda de seu pensamento e do impacto desse sobre seus pares. Os dados sociológicos podem nos informar melhor sobre esse cônego? Na verdade, não muito. Poucas são as informações que nos chegaram nesse campo. *Mongervilla*, um antigo vilarejo da comunidade de Santeuil no cantão de Auneau, parece ter sido fundada em meados do século XI (MERLET, 1861. p.121). Pouco sabemos sobre as riquezas e os poderes daqueles que

lá habitavam. Temos a notícia de que, no final do século XIX, algumas ruínas de casas e, até mesmo, de um castelo eram visíveis sobre a pequena colina. Infelizmente, não se sabe precisar ao certo de quando eram essas construções (LEFREVRE, 1869. p.272). Entretanto, há um forte indício de que a família *Bolotinus* tinha alguma riqueza. No primeiro terço do século XII, encontramos a menção a um *Paganus de Mongeri Villa* (provavelmente pai de nosso cônego) em um documento de doação de terras da família ao mosteiro de Saint-Père-en-Vallée (GUERARD, 1840. p.425). Embora percebamos pela carta de doação que a terra doada pelos senhores *Mongerville* tinha como senhor superior o visconde Hugo de Dune (*Dunensi*), isso não significa que a família de nosso autor era desprovida de poderes. Isso porque a relação entre o visconde e os parentes de *Bolotinus* parece ser mais a de vassalagem que a de servidão. Some-se a isso o fato de a mesma carta abrir as portas do mosteiro para seu pai (seja para receber seu corpo já morto, seja para fazer-se monge) (GUERARD, 1840. p.425) e podemos supor que o poeta pertenceu à baixa aristocracia da região de Chartres. Sua entrada no capítulo da catedral teria sido facilitada não só pelas relações de sua família com importantes casas monásticas da região, mas, principalmente, por meio das relações de vassalagem que ligavam *Mongerville* à Santeuil e essa, por sua vez, ao bispo chartrense (MERLET, 1861. p.121; LEFREVRE, 1869. p.262).

Poucas são as informações de ordem biográfica disponíveis acerca do poema e de seu autor. Contudo, os versos podem nos dizer bastante sobre sua inserção no ambiente chartrense, na cultura e sociedade local e proporcionar novas perspectivas para a compreensão do eremitismo medieval.

RETÓRICA E HISTÓRIA

A partir do final dos anos 1960, os historiadores passaram a apontar para a fragmentação da abordagem nas ciências humanas, decorrente do relativismo sociológico e cultural em voga. Começou-se a buscar o ponto de vista dos excluídos, dos marginais, dos vencidos, em suma, dos grupos sociais e culturais que se diferenciam em maior ou menor grau da ordem hegemônica, a fim de enterrar definitivamente a história dos grandes eventos e personagens (CUCHE, 1999).

A preocupação com a chamada “história vista de baixo” muitas vezes atentou para o resgate de grupos oprimidos, assumindo gradativamente o aspecto de elogio à pluralidade cultural por intermédio da quebra do paradigma da verdade absoluta em função da afirmação das verdades grupais e, até mesmo, individuais. Segundo Stone, o ressurgimento da narrativa histórica estava ligado a certa descrença na ação política como motor da história decorrente das desilusões políticas pós-1968 quando a preocupação com o público/coletivo deu lugar à busca por enfoques mais personalizados do objeto histórico (STONE, 1979, p.14-15). A fragmentação do conhecimento científico social estabelece assim uma relação tensiva com sua manifestação metodológico-estilística, levando à dúvida ontológica acerca do valor desse conhecimento, especialmente a respeito da escrita da história.

A constatação dessa fragilidade do discurso historiográfico não significa sua derrocada como instrumento de conhecimento. Pelo contrário, tal constatação serve para produzir nova dinâmica à História. Dinâmica essa consciente de seus limites discursivos, ou melhor, das formas discursivas a que todo e qualquer texto está inevitável e intrinsecamente ligado. Isso significa dizer que, ao tomar consciência de sua própria narrativa como construção histórica, o historiador passa a buscar os artifícios produtores e produtivos da documentação com a qual trabalha. E mais! Não se prende apenas a essa forma construída como se ela fosse a explicação única do sentido do texto estudado. De tal modo que, a análise da forma textual dinamizada no discurso documental serve de instrumento para que o pesquisador possa alcançar os sentidos do material sobre o qual se debruça. Ou seja: as formas discursivas são históricas, o que torna necessário observar a historicidade de suas convenções.

Assim, ficção e historiografia não se confundem. Essa é a decorrência da tese defendida por Ginzburg há poucos anos (2002a, p.63). Contrariamente àqueles que acreditam encontrar no texto historiográfico apenas um modelo literário com formas tradicionalmente estabelecidas, o famoso historiador italiano aponta um diferencial importante. Situando o discurso historiográfico no âmbito da retórica, seus preceitos e técnicas, principalmente sua preocupação de convencer o destinatário, Ginzburg destaca a importância da prova para o trabalho do historiador bem como para a elaboração da argumentação retórica. De certo modo, Ginzburg retoma seu artigo sobre o caráter indiciário da pesquisa histórica identificando agora uma semelhança desse caráter com o tipo de escrita do historiador (GINZBURG, 2002b). Esse traslado de referencial se deve ao já mencionado fortalecimento do pensamento que aproxima história e narrativa a partir de fins dos anos 1960 e, sobretudo, da década seguinte (STONE, 1979; WHITE, 2001).

Tal percepção permite que o historiador, ao exercer seu ofício, adquira cada vez mais consciência da particularidade de seu discurso. Para se autolegitimar, busca conforto em portos quase éticos, muitos deles vinculados à opção metodológica como questão de princípios. Esse parece ser o caso de Ginzburg, que, ao localizar a relação entre retórica e historiografia na própria metodologia do discurso, estabelece bases de princípios que não devem ser rompidos pelo historiador a fim de não ultrapassar as “normas” de seu ofício e colocar em risco toda a corporação. A busca pelas provas é vista como o princípio ético do trabalho do historiador que assim distingue seu discurso dos ficcionistas.

Contudo, a relação entre os dois tipos de escrita (ficcional e historiográfica) não é marcada somente pela distância existente entre ambas. Uma vez ultrapassadas as circunstâncias de sua produção, uma e outra servem de indícios para o conhecimento do passado. Ambas podem ser objeto de estudo do historiador. Ambas são parciais, evanescentes por estarem ligadas diretamente ao autor e seu. Daí a crítica ao estatuto científico do conhecimento historiográfico.

As considerações acima ganham sentido no presente artigo uma vez que o poema objeto de nossa reflexão foi cristalizado pela historiografia como um discurso no qual a compreensão da forma bastaria para a apreensão de seus significados: ele teria sido

escrito segundo uma fórmula retórico-satírica como uma espécie de exercício para o aprendiz das artes clássicas de escrita e nada mais (LECLERCQ, 1958). No entanto, as considerações feitas até aqui nos incitam a buscar o sentido dessa forma adquirida pelo texto para além de sua explicação imediatista que prescinde de reflexão mais aprofundada dos sentidos impregnados e, por que não, gerados pelo poema em questão. Mas comecemos pelo princípio, e no princípio era a Retórica.

Percebemos, na forma poética escolhida por *Bolotinus*, um indício de que o texto teria sido escrito com a finalidade de exposição. Corrobora para essa hipótese a sua função combativa, evidenciada pela preocupação em convencer o público-alvo de que aqueles a quem ele atacava eram, de fato, falsos religiosos que iludiam os mais simples por meio de artes malignas². Censura-se a falsidade religiosa de alguns para que esses sejam punidos por seus atos e para que sejam esclarecidas as mentes daqueles que os seguem. Exposição e meios de persuasão: esses elementos eram, desde a Antiguidade Clássica, constitutivos da Retórica. No ensino do *Trivium*, as obras de Aristóteles só foram largamente difundidas a partir do século XIII e mesmo sua Retórica foi pouco utilizada (CURTIUS, 1996, p.103). Todavia, temos uma série de tratados e manuais que retomam, de diferentes maneiras, o texto aristotélico. Merecem destaque os clássicos *Institutio Oratoria* de Quintiliano, autor um tanto controverso, uma vez que filólogos e historiadores discordam sobre o alcance dos escritos desse autor na Idade Média e o *De nuptiis Philologiae et Mercurii* de *Martianus Capella*³. Há ainda alguns tratados medievais como o *Metalogicon* de João de Salisbury, o *Heptateuchon* de Thierry de Chartres, além de uma série de escritos menores sobre as artes *dictaminis, rhetorica, praedicandi* etc. A importância da instituição retórica antiga para a conformação do poema ganha força ao lembrarmos do neoplatonismo da chamada Escola de Chartres. A esse respeito, é importante salientar o fato de os estudos atuais mostrarem que esse centro educacional parece ter sido mais um conceito criado pelos historiadores do que uma realidade institucional⁴. Infelizmente, uma parte considerável da documentação que poderia auxiliar as pesquisas sobre essa questão foi destruída em um bombardeio que atingiu os arquivos municipais da cidade na Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim, não se nega que a escola do capítulo catedralesco chartrense tenha vivido certo desenvolvimento do estudo das artes liberais e de autores clássicos desde o século XI com o bispo Fulbert.

Dentre os diversos manuais de Retórica que circulavam no período, um merece destaque: a *Rethorica ad Herennium*, uma das artes sobre a oratória mais difundidas no Ocidente medieval. Sua origem é ainda motivo de debates entre pesquisadores. Uns a atribuem a Cícero, outros a Cornifício, outros ainda preferem uma posição mais prudente

² "Arte maligna decipiendo simpliciores" (v.51). Todas as traduções do poema de *Bolotinus* são de nossa autoria.

³ Curtius (1996, p.207), diz, de maneira generalizadora, que, nos séculos XII e XIII, as obras de Quintiliano permaneciam ao alcance dos leitores. Por sua vez, Le Goff indica que, apesar de a Retórica antiga renascer nos séculos XII e XIII, a *Institutio Oratoria* do mesmo Quintiliano era praticamente ignorada (LE GOFF, 1984, p.23 e 30).

⁴ A idéia de uma escola em Chartres foi formulada em Clerval (1895) e rebatida a partir de Southern 1970. O balanço final de Verger parece-nos o mais prudente: "il n'est plus possible de parler en termes aussi tranchés qu'on le faisait jadis de l' 'école de Chartres' et de ses rapports avec celle de Paris ; il apparaît à tout le moins que, de l'une à l'autre, les hommes et sans doute les idées circulaient aisément." VERGER, 1999. p.29.

e a definem como obra anônima. Sabe-se com certeza que é o mais antigo manual sobre retórica em língua latina (cerca de 80 a.C.), o que lhe confere grande importância no estudo da instituição retórica romano-helenística.

Somente em meados do século XV, a crença na autoria ciceroniana de *ad Herennium* começou a ser questionada. Os medievais atribuíam sua autoria a Cícero, chamando-a de Retórica Segunda por acreditarem que ela teria sido escrita após o seu *De inventione*, outro manual de grande difusão no período. Sem dúvida, o peso dessa *auctoritas* colaborou para o grande sucesso do texto, o que não significa que ele seja desprovido de qualidades intrínsecas: é o primeiro a apresentar, em latim, quase todos os termos técnicos da Retórica referentes às figuras da elocução (ornamentos).

Nessa Retórica, trata-se dos três gêneros de causas: o demonstrativo (epidítico), o deliberativo e o judiciário. Trata em especial das cinco divisões que o orador deve conhecer para alcançar eficazmente seu objetivo, ou seja, convencer o outro daquilo que ele defende. São elas: invenção, disposição, elocução, memória e pronúnciação. As três primeiras são propriamente verbais – invenção, momento em que o orador acha os lugares-comuns para inventar o que vai falar; disposição, ordem seqüencial que dá aos lugares-comuns; elocução, em que ornamenta o discurso com tropos e figuras de estilo. As outras duas, memória e pronúnciação, correspondem à memorização do discurso e à sua dramatização oral e gestual. O autor estabelece ainda as seguintes partes do discurso: exórdio, narração, divisão, confirmação, refutação e conclusão. Essas são, *grosso modo*, as condições gerais sob as quais determinado texto ou exposição pública deve se organizar.

Teria *Bolotinus* utilizado o texto dedicado a Herênio para compor seu poema? Teria ele apenas seguido um modelo retórico? Apesar da grande difusão dessa Retórica, a simples disponibilidade do manuscrito não significa que ele seja conhecido, mesmo por aqueles que o possuem. Evidências do uso de tal texto podem ser encontradas nas muitas glosas e comentários feitos a ele ao longo da Idade Média (WARD, 1978, p.33). Um primeiro passo para afirmarmos, em bases sólidas, o uso efetivo do acervo retórico antigo por parte de determinada congregação religiosa seria adentrarmos sua biblioteca e *scriptorium*. Infelizmente, não temos notícias dos manuscritos existentes na cidade de Chartres no período (GIACONE, 1974). Lacuna, importante, sem dúvida, mas de modo algum irreparável. De fato, existem outras formas de comunicação que, utilizando outros suportes e técnicas, permitem-nos inferir, com satisfatória segurança, as referências culturais de uma dada comunidade. Se nos falta a biblioteca, temos a catedral inteira. Se nos faltam os livros, temos as paredes e vitrais de uma das mais impressionantes obras arquitetônicas e imagéticas do período. Assim, encontramos no portal Sul do Pórtico Real (fachada ocidental), construído entre 1145-1150, a representação das artes liberais circundando a matrona da catedral. Ali encontramos, do lado direito de Maria, em segundo lugar a partir do ápice do arco para baixo, a alegoria da Retórica encarnada na figura de Cícero⁵. Dado importante, não só pela constatação da associação direta daquela arte com o famoso orador romano, como também pela localização privilegiada dada a ela pelo

⁵ A atribuição da imagem a Cícero se baseia no *Heptateuco* de Thierry de Chartres, chanceler do capítulo catedralício (ofício responsável pelo ensino aos cônegos) entre 1142 e 1150. (JEAUNEAU, 1997, p.102-103).

capítulo catedralesco. Isso significa que os textos de Cícero ou atribuídos a ele sobre a Retórica desfrutavam de um amplo reconhecimento entre os cônegos chartrenses no mesmo período em que *Bolotinus* escreveu seu poema. Nesse contexto, causaria grande surpresa nosso autor desconhecer a *Rhetorica ad Herennium*. Vejamos, então, alguns pontos de possível congruência entre o manual e o poema.

Logo no início do trato da causa judiciária, somos instruídos sobre como conquistar os ouvintes (ou leitores). Diz o autor para aqueles que pretendem atrair a benevolência da platéia contra seu adversário que é preciso levá-la “ao ódio, à indignação e ao desprezo” do outro por meio da baixeza, perfídia, crueldade, impudência, malícia, depravação, riqueza, intemperança, inércia, ociosidade e luxúria dos adversários⁶. Ou seja: para constituir a causa judiciária em que incrimina o adversário, o orador deve aplicar lugares-comuns de pessoa (*loci a persona*) próprios do gênero demonstrativo, que é, como dizem os latinos, *ars laudandi ac vituperandi*, arte de louvar e de vituperar. Este parece ter sido mote essencial para a redação do poema, que, ao atacar a falsidade de certos eremitas, buscou provocar no leitor afetos de repulsa, constituindo a inferioridade dos tipos vituperados por meio da sua caracterização como tipos viciosos: “Nenhum [deles] honra a nobreza nem a probidade, / Nenhuma glória dos costumes [Ihe] confere utilidade”⁷. Ainda no campo da causa judiciária, se uma parte quer acusar a outra de buscar obter vantagens, “o acusado evidenciará a cupidez do réu”⁸. Parece-nos clara a vontade de *Bolotinus* de demonstrar o anseio por vantagens entre seus acusados. Anseio esse que sempre vem ilustrado por traços de cupidez, como na passagem em que o falso eremita aparece tão glutão quanto avaro: “Assim como o grande acervo de riquezas aflige o avaro, / Comer das delícias aflige esses”⁹.

O discurso deliberativo, que propõe o que se deve fazer no futuro, parece ser o menos adequado a nosso poema. Apesar disso, merece destaque a importância da modéstia, parte da matéria honesta de que trata a deliberação. Diz a Retórica: “usaremos as partes da modéstia se vituperamos os desejos excessivos de honrarias, dinheiro e similares; e se mantivermos cada coisa no seu limite definido por natureza; se mostrando o quanto é suficiente em cada caso, dissuadiremos de buscar o que é excessivo e estabelecermos a medida de cada coisa”¹⁰. Ora, o poema trata justamente da medida das coisas. Da medida do eremita, de quando um religioso deixa de o ser por ultrapassar o limite da ordem (natural, divina), buscando satisfazer desejos incompatíveis com o que deveria ser sua função neste mundo. A modéstia retórica encontra eco na humildade cristã e sua prima, a constância monástica, defendida

⁶ “*Ab adversariorum persona benivolentia captabitur si eos in odium, in invidiam, in contemptionem adducemus.*” Livro I, V, 8. Edições: ACHARD, 1989 e CAPLAN, 1954. As traduções citadas são de SEABRA, 2003 (tal tradução foi realizada em conjunto com Ana Paula Celestino Faria).

⁷ “*Nobilitatem nullus honorat nec probitatem, / Nullaque morum gloria confert utilitatem.*” (v.27-28). Cf. também v.4-6; 16; 30; 31; 70, etc.

⁸ “*Hic accusator in spe commodi cupiditatem ostendet adversarii*” Livro II, III, 4.

⁹ “*Sicut avaros grandis aceruus diuiciarum, / Haut secus istos afficit esus deliciarum.*” (v.227-228). Cf. também v.53; 125; 224; 259, etc.

¹⁰ “*Modestiae partibus utemur si nimias libidines honoris, pecuniae, similibus rerum vituperabimus; si unam quamque rem certo naturae termino definiemus; si quoad cuique satis sit ostendamus, nimium progredi dissuadebimus, modum uni cuique rei statuemus.*” Livro III, III, 5.

desde a abertura do poema: “Falto de ordem, ordem nefanda, quando vestido com pele de carneiro, / Quer ser reconhecido como religioso”¹¹.

Finalmente, é o gênero demonstrativo que mais se adapta à invenção de nosso poema. Este é, como dissemos, o gênero do louvor e do vitupério. Visa expor para seu público os perigos de certas práticas, destacando os atos injustos, imodestos, covardes e imprudentes do acusado. Segundo o preceito aristotélico e latino, a vituperação compõe tipos inferiores, caracterizando-os como tipos deformados aos quais falta a virtude. De modo geral, na variante vituperadora do gênero demonstrativo: se o acusado possui qualidades, o acusador deve defender que o acusado não exerceu de maneira satisfatória aquilo que lhe era possível por natureza exercer; se possui vícios, esses devem ser destacados por meio da ampliação que os exagera e deforma. Afirma-se ainda que, nesse gênero, a utilidade das outras duas causas (judiciária e deliberativa) é grande, por isso a brevidade no trato por parte do autor da Retórica a Herênio nesse ponto de seu manual¹². Afinal, a vituperação implica a deliberação: ataca-se o mal para propor o bem como modelo da ação futura (o que pressupõe um juízo). Em seu poema, *Bolotinus* se posiciona contra boa parte da população chartrense mostrando-lhe os erros dos falsos eremitas e daqueles que os têm em alta estima. Visa mostrar, aos ouvintes ou leitores, os perigos de se aceitar as hipocrisias vestidas com roupas brancas e capuz. De certo modo, tem grande sucesso, pois alcança até mesmo aqueles que não habitam naquela cidade, mas que compreendem os perigos de imprudentes falsos humildes, como é o caso de Orderic de Vital. Assim como aqueles que possuem qualidades devem ser recriminados por não exercê-las, da mesma maneira, os acusados pelo cônego chartrense, tendo optado por um tipo de vida de grande valor, não souberam exercê-la, pois “Tendo lido as escrituras, não imitam (colocam em prática) o que aprenderam; / Tendo ensinado as coisas corretas, não realizam o que ensinaram”¹³.

Deixamos por último o aspecto que mais qualifica nossa aproximação entre a estrutura do poema e as diretrizes do rétor romano. Lemos no livro segundo sobre o gênero judiciário: “se o réu goza de forte reputação de pureza e integridade, dirá o acusador que os fatos, não a fama, devem ser levados em conta, pois o réu antes ocultara seus defeitos”¹⁴. Ora, esse é o próprio núcleo do texto de *Bolotinus*: desconstruir a fama dos eremitas por intermédio da acusação de hipocrisia. A passagem a seguir demonstra bem a implosão pretendida pelo autor: “Condena os avaros, sendo um avaro. Diz coisas doces, / Sendo amargo: lobo pelo coração, cordeiro pelas vestes. / Assim simula a religião, pois se veste com túnica. / Assemelha-se a um religioso pelas vestes pretas”¹⁵.

¹¹ “*Ordinis expers, ordo nefandus, pellibus agni / Cum sit amictus, uult reputari religiosus*” (v.1-2). Cf. também v.53; 57; 58; 111; 137; 194; 265 (visto do ponto de vista do bom eremita), etc.

¹² Livro III, VI, 10 a VIII, 15.

¹³ “*Scripta legentes, que didicerunt non imitantur; / Recta docentes, que docuerunt non operantur.*” (v.333-334). Cf. também v.307-310; 313-314; etc.

¹⁴ “*Si vehementer castus et integer existimabitur adversarius, dicet facta, non famam spectari oportere; illum ante occultasse sua flagitia.*” Livro II, III, 5.

¹⁵ “*Da<m>pnat auaros, cum sit auarus. Dulcia fatur / Cum sit amarus: corde lupinus, uestibus agnus. / Sic simulator religionis, dum tunicatur. / Religioso uestibus atris assimilatur.*” v.10-13. É correto dizer que toda vituperação dos eremitas realizada por *Bolotinus* segue a lógica da proposição acima, ou seja, a fama oculta a verdadeira face viciosa dos acusados. Sendo assim, indicaremos aqui apenas as passagens em que a hipocrisia é manifestada explicitamente. Cf. v.40-41; 47-48; 51; 53; 83-86; 94-96; 107; 131-134; 153-154; 163; 190; 255; 309-310; 327-332.

Ditas essas palavras sobre a provável filiação de nosso poema, é preciso ainda dizer que essa relação de débito existe também para com outros manuais retóricos ou afins. É o caso da presença da figura de Epicuro. Hugo de São Vitor em seu *Didascálicon – Da Arte de Ler* (c. 1127), ao introduzir a *Lógica* cita uma passagem de Boécio na qual diz que Epicuro “equivoca-se ao considerar a volúpia como sendo algo honesto”¹⁶. No verso 82 de nosso poema, lemos: “tendo carnes e vinhos aquele que os consome é Epicuro”¹⁷. É evidente que essas não são as únicas referências ao filósofo grego em circulação nos manuscritos da época. Contudo, as coincidências aqui não devem ser menosprezadas. Em primeiro lugar, as datas de confecção do poema e do tratado de Hugo de São Vitor são bastante próximas, sendo que o último antecedeu em menos de dez anos o escrito chartrense. Depois, o local em que o personagem aparece no *Didascálicon* é justamente na seção que trata da Retórica. E, finalmente, a circulação desse manual. Sabe-se que o manuscrito teve grande circulação, fato esse que pode ter sido facilitado em relação ao capítulo catedralesco de Chartres, uma vez que tanto *Bolotinus* quanto Hugo eram cônegos membros de centros renomados de estudo.

Estando de acordo com os elementos constituintes da Retórica, é perceptível também em nosso poema a importância dada pelo autor à dinâmica dos vícios e das virtudes, matérias da sátira. Ainda que se possa argumentar que o poema não siga o modelo satírico clássico de Horácio, segundo o qual as Sátiras (tal como as Epístolas) estão inscritas no gênero deliberativo – portanto, estruturado na dinâmica de aconselhamentos (Epístolas) e desaconselhamentos (Sátiras) elaborados como estrutura dialógica, nem por isso deixamos de perceber elementos satíricos em nosso poema¹⁸. Quando falamos em sátira, temos em mente a emulação ferina de Juvenal. Embora não possamos precisar em que medida se deu a interferência desse autor antigo na estruturação do poema de *Bolotinus*, isso não significa que ela não tenha existido. De fato, sabe-se que as sátiras de Juvenal circularam nos meios educacionais no Ocidente medieval entre os séculos IX e XIII. Sabe-se também que esse autor se tornou famoso por seu tipo de sátira, isto é, um poderoso instrumento para desnudar os vícios, expondo seus praticantes à execração pública (CURTIUS, 1996, p.85-87).

Além dos três gêneros (epidítico, deliberativo e judiciário), encontramos também na *Rhetorica ad Herennium*, respaldo para algumas figuras satíricas presentes no poema. Segundo o rétor, são três os grandes tipos de ornamentação: símiles, exemplos e amplificações¹⁹. Hipérboles, metáforas e alegorias são alguns dos artifícios ensinados àquele que pretende denunciar o crime alheio²⁰. Vale aqui atentarmos para as modalidades utilizadas por *Bolotinus* a fim de tentarmos apurar mais nossa identificação das estruturas discursivas do poema. Esses tropos e figuras ressaltam o caráter satírico de nosso poema. Os falsos eremitas são transformados em cizânia, rãs e outras chagas para intensificar

¹⁶ “*honestum voluptatem mentitur*” (MARCHIONNI, 2001. p.74-75).

¹⁷ “*Carnibus utens uinaque sarbens est Epicurus*” (v.82).

¹⁸ Desde o primeiro comentário literário em 1869 até a última edição preparada por Leclercq, o poema foi sempre identificado como uma *sátira* devido ao processo de *saturação* negativa utilizado para compor o falso eremita. *Histoire Littéraire de la France*, XI, 1869, p.1-5; MANITIUS, 1931, p.868-869. COLKER, 1958. p.3-10.

¹⁹ Livro II, XXIX, 46.

²⁰ Livro IV, XXXIII, 44 – XXXIV, 46.

o perigo que eles representam à saúde do mundo, pois “Essa é vista por nós como uma péssima praga acima de todas [as outras]”²¹.

Bolotinus promove uma amplificação dos vícios daqueles que pretende recriminar, mediante ornamentos que exageram o fato suposto, vituperando o caráter e as ações do acusado. Algumas das principais figuras hiperbólicas aparecem quando trata de vícios alimentares: “em todos esses, a voracidade de alimentos é tanta / que claramente o deus é o próprio ventre deles”²² e “tendo comido o peixe e não satisfeito sugou as espinhas”²³. A imagem do hipócrita oscila entre a de um monge caricaturado – “Tonsurado até o alto das orelhas e na testa saliente / onde brilha, tal neve, a branca cabeça com a boca vermelha, / vestido por tão sinuosa e redonda veste; / cada um calçado de coturnos revirados na boca”²⁴ – e a de um belo cavaleiro: “já ornado, sentado em cavalos magnânimos / tendo o pé tenso, corre percorrendo as planícies dos campos”²⁵. Entramos, assim, no campo do estilo satírico, não em sua vertente que aborda o ridículo (*ridiculum*, o pequeno riso), mas sim por seu viés agressivo, a maledicência (*maledicentia*), que visa atacar vícios e crimes danosos à comunidade, ou melhor, a *ecclesia*: “Pois o final dos tempos já se aproxima, não duvidemos, / quando vemos surgir inúmeros prodígios (monstruosos) de religiões”²⁶. O documento faz parte do gênero poético conhecido por denunciar a desordem social, que, na Idade Média, comumente assumia um caráter apocalíptico²⁷, conhecido por “sátira dos estados” (DU MERIL, 1854).

Trabalhos sobre a Sátira medieval são ainda muito raros e a identificação dessa forma de escrita é ainda bastante genérica. Talvez isso se explique devido à baixa (virtualmente nula) produção e circulação de *artes* medievais que tratam desse tema, quando comparadas a outros manuais de eloquência (poética, retórica, oratória etc.). De todo modo, alguns traços são recorrentemente utilizados no discurso satírico: além das já mencionadas hipérboles, temos em mente os jogos de palavras aplicados à reprovação e a tentativa de correção de hábitos e práticas (PEPIN, 1988, p.8, 15 e 22.). Nesse sentido duas palavras utilizadas pelo poeta merecem destaque: *Gyezita* e *manutus*. A primeira, uma referência bíblica bastante presente nos textos satíricos (PEPIN, 1988, p.5); a segunda, uma espécie de neologismo poético inventado pelo autor para nomear, de maneira exagerada e perspicaz, o ser vicioso que delinea. Nos dois casos percebemos a substituição do termo “eremita” por palavras que denigrem o acusado, prática recorrente nos versos de *Bolotinus* e, segundo Pepin, uma das principais marcas da sátira ((PEPIN, 1988, p.15²⁸).

²¹ “*Hec super omnes pessima nobis plaga uidetur*” (v.161). Cf. v.156; 160; 163, etc.

²² “*Omnibus istis ingluuies est tanta ciborum, / Vt manifeste sit deus ipsis uenter eorum.*” (v.225-226).

²³ “*Pisce comesto non saturatus suxit aristas.*” (v.244).

²⁴ “*Tonsus ad aures usque supremas fronte patenti, / Cui nitet, ut nix, candida ceruix ore rubenti, / Tam sinuosa tamque rotunda ueste togatus; / Quique coturnis ore repandis est honoratus.*” (v.43-46).

²⁵ “*Magnanimorum iam faleratus sessor equorum / lam pede tenso plana perherrans currit agrorum.*” (v.151-152).

²⁶ “*lam quia finis temporis instet, ne dubitemus, / Cum tot oriri religionum monstra uidemus.*” (v.33-34).

²⁷ Uma boa teorização sobre a visão da realidade e suas representações na Idade Média temos em AUERBACH, 2002. Nas páginas 500 e 501 ele diz: “um acontecimento terreno significa, sem prejuízo da sua força real concreta aqui e agora, não somente a si próprio, mas também um outro acontecimento, que repete prenunciadora ou confirmativamente; e a conexão entre os acontecimentos não é vista preponderantemente como desenvolvimento temporal ou causal, mas como unidade dentro do plano divino, cujos membros e reflexos são todos os acontecimentos”.

²⁸ O autor usa a expressão “shocking wordplay” para caracterizar esse tipo de prática.

Assim, retórica e sátira se unem no poema para, de um lado, instruir o autor sobre como tornar sua exposição eficaz e, assim convencer seu público e, de outro, compor um estilo de discurso direto e incisivo baseado em figuras aplicadas à lógica do ataque mordaz aos vícios e da defesa veemente das virtudes²⁹.

Finalmente, uma última apreciação formal do texto diz respeito a sua própria estruturação poética. “Belo poema em métrica adônica”: assim Orderic de Vital escreve a primeira crítica formal ao poema. Tal percepção sugere que se trate de um texto agradável, pois retoricamente decoroso e, portanto, eficaz (quanto ao convencimento do outro) em sua versificação dividida em três partes iguais. Contudo, esse julgamento foi contestado pela crítica do século XX. Quanto à eficácia de sua formulação, Meyer diz estar prejudicada por não se tratar de um poema notável. Para ele a deficiência poética da versificação chegaria a prejudicar a boa compreensão da composição. Porém, está de acordo com Orderic quanto à formulação adônica, apontando ainda sua inserção em hexâmetros e a interpolação de rimas leoninas (versos cujos hemistíquios rimam entre si) e caudatas (versos em que só as palavras finais formam rimas) (MEYER, 1908 p.377-378). Ou seja, a instabilidade métrica e rímica prejudicaria a boa compreensão da mensagem do poema. Manitus (1931, p.868), seguindo Meyer, destaca que as rimas caudatas ocorrem em grupos maiores de três ou até mesmo quatro versos. Todavia, argumenta que a utilização da fórmula adônica auxiliaria na compreensão do poema. Finalmente, Leclercq (1958, p.77), identificando os versos como majoritariamente rimas dissílabas (sendo algumas delas falsas), posiciona-se mais favorável à forma poética utilizada, apesar de indicar excesso no uso do *que*.

Como vemos, há considerável polêmica cercando as qualidades poéticas do relato de *Bolotinus*: uma mistura de ritmos e rimas que, para alguns comentaristas, auxilia a compreensão do texto e que, para outros, dificulta. Quanto a nós, podemos dizer, juntamente com Meyer (1908, p.378), que “essa procura e hesitação na arte da rima [e da métrica] tem pouco de notável na primeira metade do século XII”. *Bolotinus*, assim como outros escritores de seu tempo, não possuía a mesma necessidade sistematizadora das formas estético-estilísticas que hoje possuímos. Não é por acaso que temos dificuldades em encontrar textos que tentavam sistematizar a arte poética antes do final do século XII³⁰. O que nos faz retomar a opinião de Orderic (por apresentar seu julgamento em função de parâmetros da época): “*Paganus* cônego de Chartres de sobrenome *Bolotinus* publicou recentemente um belo poema em métrica adônica, pelo qual a hipocrisia dessas superstições disfarçadas será finalmente e eloqüentemente revelada” (PL. Vol. 188, col. 636). Forma e matéria em perfeita conjunção. O elogio remete à eficácia objetiva à qual o poema se destina: desmascarar a hipocrisia e os erros de determinadas práticas religiosas.

²⁹ Para outro exemplo de poema satírico contra membros do corpo eclesiástico ver os versos de Hugo Primates (ao qual retornaremos mais adiante) publicado em DUBY, 1988. p.18-19.

³⁰ A mais antiga e renomada obra desse gênero constituída na Idade Média foi a *Ars Versificatoria* de Mateus de Vendome escrita por volta de 1175, posterior, portanto, a nosso poema (FARAL, 1924).

A preocupação com a eficácia do discurso, o desnudamento da hipocrisia e a questão eremítica circunscrevem o caráter de gênero do poema, sugerindo uma explicação para a sua inserção no códice 8433 da série latina da Biblioteca Nacional francesa. O texto de *Bolotinus* não está sozinho e a análise do conteúdo encadernado pode reforçar o sentido genérico de suas partes. O conjunto de manuscritos nos permite vislumbrar o ambiente cultural no qual o poema foi inserido quando da montagem do códice. Ali também encontramos, em grafia gótica francesa de c. 1240, sermões de Geoffroy de Babion (clérigo famoso por sua pregação em defesa da reforma eclesiástica), um texto de Hugo Primates (clérigo exímio na arte poética da sátira), uma vida incompleta de *Sancta Maria Aegyptiaca* (pecadora famosa por sua remissão graças a sua conversão eremítica) de Hildeberto de Lavardin, além de peças de autores anônimos como um longo *Liber de contemptu mundi* e poemas satíricos menores. É justamente entre o *Liber* e as sátiras que se encontra nosso poema. Posição emblemática, uma vez que *Bolotinus* se utiliza do estilo satírico para desenvolver a tópica da *fuga mundi*. Além disso, o poema está em consonância com a temática de pregação, central em Babion, de ataque à hipocrisia religiosa realizada por Primates, bem como de destaque à vida eremítica como a de Maria Egípcíaca.

A junção desses textos, copiados/escritos originalmente no mesmo momento – primeira metade do século XII – e na mesma região (Geoffroy de Babion morto em 1158 viveu em Angers e Bordeaux, Hugo Primates entre 1095-1160 em Orleães e Hildeberto de Lavardin entre 1056-1133 em Tours e Le Mans), informa-nos bastante acerca do ambiente cultural no qual o poema de *Bolotinus* se inseria. Especialmente, Chartres se encontra no centro de um círculo do qual a parte Norte atravessa a Normandia de Orderic de Vital e a parte Sul corta as principais cidades centros de ensino e de propagação das reformas religiosas da época (em especial Tours e Orleães). Semicírculo que evidencia uma configuração cultural específica: a ênfase na formulação erudita – segundo os ensinamentos antigos da arte oratória, poética e satírica – visando a atacar duramente as práticas sócio-religiosas contrárias às diretrizes básicas da reforma gregoriana, mas também às liberalidades espirituais que ela engendra.

A forma retórica, satírica e poética do texto de *Bolotinus*, bem como o conjunto documental criado por sua encadernação, permitem-nos conhecer a inserção geral do poema na sociedade que o produziu, distribuiu, consumiu e reproduziu, facilitando assim a compreensão do seu sentido. Contudo, nem de longe tais análises bastam para atingirmos nosso objetivo. Que o texto tenha sido organizado segundo preceitos retóricos, com dispositivos da maledicência satírica, buscando com métrica e rima agradar e convencer aquele que o lê ou o escuta (a fim de facilitar a compreensão e potencializar a difusão da mensagem por meio da sua fruição) parece-nos um aviso para que, justamente, não sejamos levados a acreditar que sua explicação se resume à sua forma. Entretanto, não é o que encontramos ao ler os comentadores contemporâneos do poema. A historiografia, ainda hoje, restringe seus comentários à constatação da forma, confundindo, assim, o objetivo do autor (convencer o outro) com aquilo que motiva e sustenta a existência do poema com tal forma. Confundem-se os ornatos com a matéria, com as motivações do discurso retórico. Os traços exacerbados são importantes na constituição do texto, mas, se não os analisarmos minuciosamente, perderemos a explicação do todo.

Por exemplo: o texto satírico pode revestir os desaconselhamentos que tece com as cores vivas da mais ácida vituperação. É essa configuração que encontramos nos versos de *Bolotinus*, o qual (como já sugerimos) nem de longe busca produzir nos leitores ou ouvintes aquele tipo de riso pequeno, ridículo, que desestimula determinadas práticas, mas sim a mais completa repulsa diante do que vê e que lhe torna tão difícil não escrever sátira³¹. Encontra-se, aqui, a distinção aristotélica, repetida nas retóricas latinas, de que há vícios fracos e não-nocivos, que causam riso, e vícios fortes e nocivos, que produzem horror. Para *Bolotinus*, os vícios que vitupera são horrorosos e nocivos, daí a saturação satírica impressa no poema. Assim, a sátira é por definição – em especial no caso de Juvenal e daqueles que o emulam – um gênero discursivo que produz seus significados em função de determinado contexto histórico bastante preciso. Tal mecenas, tal político, esse ou aquele agente social é alvo da vituperação satírica devido às relações sociais e culturais que existem entre eles e o poeta. Para se compreender a sátira, é preciso compreender a sociedade que a produziu, ou seja, suas figuras e as relações que lhe dão sentido (o inverso é também fundamental, criando-se um círculo dinâmico entre literatura e sociedade).

A interiorização religiosa no século XII era ambígua, como ambígua também era a fronteira entre a boa e a má religiosidade. O grande desapego às coisas do mundo, o retorno à vida evangélica e apostólica e aos ideais da Igreja primitiva descrita nas Sagradas Escrituras encantavam alguns membros dos quadros eclesiásticos, mas causavam repulsa a outros, devido ao risco que acarretavam para a autoridade hierárquica da Igreja. Nessa posição limítrofe, encontramos o eremita, como personagem amplamente aceito por leigos, clérigos seculares ou regulares, desde que se enquadrasse em determinados parâmetros de vida religiosa. Via de regra, os clérigos, quando faziam alguma censura às práticas eremíticas, seguiam o que pregava a Regra de São Bento, defendendo que tal modo de vida só deveria ser praticado após uma longa estada em um mosteiro junto com outros monges, pois, uma vez isolado, o pretenso religioso não teria ninguém para o recriminar em alguns atos e, assim, indicar-lhe o bom caminho³².

Sendo assim, partindo das sugestões dadas àqueles que pretendem atacar quem goza de boa reputação, o cônego se utilizou de regras de eloquência para efetivar seu discurso e defender seus interesses. Porque é construído segundo preceitos discursivos, não devemos tratar o poema como mero exercício retórico realizado em um *scriptorium* e, por isso, sem relações com o mundo exterior. É preciso buscar as provas, os índices e dar sentido à retórica, como reivindicou Ginzburg, a fim de evitarmos a reprodução do discurso arquitetado nos versos de *Bolotinus*. É preciso assumir o caráter polêmico do poema decorrente de sua inserção no grande círculo espaço-temporal e temático mencionado há pouco, somando nele (no poema) seu aspecto discursivo formal e sua substância significativa sócio-cultural (ao invés de considerar um ou outro em separado como duas totalidades explicativas independentes).

³¹ “*Difficile est saturam non scribere*” Juvenal, Sátira I, 30 (RAMSAY, 1996, p.4).

³² Ivo de Chartres, em uma carta-resposta destinada aos monges de Columba, que lhe haviam questionado se deveriam abandonar a vida cenobítica e partir para o eremitismo, lhes responde que deveriam permanecer na segurança do mosteiro (PL. Vol.162, col. 198-202).

REFERÊNCIAS

- ACHARD, G. *Rhétorique à Herennius*. Paris : Belles Lettres, 1989.
- AUERBACH, E. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CAPLAN, H. *De ratione dicendi*. The Loeb Classical Library. London: William Heinemann, 1954.
- CAPLAN, H. *Of Eloquence: Studies in Ancient and Mediaeval Rhetoric*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1970.
- CASTANHO, G. de C. G. *Entre a ermida e a cidade: solitários sociáveis e a produção de significados no século XII*. Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP, 2007.
- CHELINI, A. *Rhetorica ad Herennium – IV Livro: tradução, notas e comentários sobre termos técnicos da Retórica*. Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP, 1987.
- CLERVAL, A. *Les Ecoles des Chartres au Moyen Age: du Ve au XVIe Siècle*. Chartres: Librairie R. Sellere, 1895.
- COLKER, M. L. “Two notes: Latin poems from Paris codex B.N. Lat. 8433”. In: *Medievalia et Humanistica*, XII, 1958. p.3-10.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CURTIUS, E. C. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1996.
- DU MERIL, E. “Satire contre les différents états” In. Id. *Poésies Inédites du Moyen Age*. Paris: Franck, 1854. p.313-326.
- DUBY, G. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- DURIENSE, E., J. A. de Macedo; SEABRA, A. L. de ; PICOT, F. A. (Trad.). *Obras completas (Odes, Épodos, Carme Secular, Sátiras e Epístolas)*. de São Paulo: Edições Cultura, 1941.
- FARAL, E. *Les arts poétiques du XIIe et du XIIIe siècle*. Paris: Honoré Champion, 1924.
- FISQUET, H. *La France pontificale (Gallia christiana), histoire chronologique et biographique des archevêques et évêques de tous les diocèses de France depuis l'établissement du christianisme jusqu'à nos jours, divisée en 17 provinces ecclésiastiques. Archevêché de Sens – Nevers et Bethléem*. Paris: E. Repos, 1866.
- GIACONE, R. “Masters, Books and Library at Chartres According to the Cartulaires of Notre-Dame and Saint-Père” In. *Vivarium*, XII, I, 1974. p.30-51.
- GINZBURG, C. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário.” In: Id. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. (Trad.). São Paulo: Cia. das Letras, 2002b.
- GINZBURG, C. “Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez.” In: Id. *Relações de força: história, retórica, prova*. (Trad.). São Paulo: Cia. das Letras, 2002a.
- GUERARD, M. *Cartulaire de l'abbaye de Saint-Père de Chartres*. T.II, Paris, L'Imprimerie de Crapelet, 1840. p.425.
- Histoire Littéraire de la France*, XI, 1869.
- JEAUNEAU, E. “Les Maîtres Chartrains” In. *Monde médiéval et société chartraine*. Atas do colóquio. Paris: Picard, 1997.
- LE GOFF, J. “Memória” In. *Enciclopédia Einaudi, vol. 1: Memória-História*. Lisboa: Casa da Moeda/ Imprensa Nacional, 1984.
- LECLERCQ, J. “Le poème de Payen Bolotin contre les faux ermites”. In: *Revue Bénédictine*, 68, 1958.

- LEFEVRE, Ed. "Santeuil". In: *Documents historiques et statistiques sur les communes du Canton d'Auneau arrondissement de Chartres (Eure-et-Loir)*, T. II, Chartres, Garnier, 1869.
- MANITIUS, M. "Paganus Bolotinus", In: *Geschichte der Lateinischen Literatur des Mittelalters*. München, C.H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1931.
- MARCHIONNI, A. (Ed. e Trad.). *Didascálicon da arte de ler*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MERLET, M. L. *Dictionnaire topographique du département d'Eure-et-Loir*. Paris: Imprimerie Impériale, 1861.
- MÉTAIS, Ch. *Cartulaire de Notre-Dame de Josaphat*, T. I, Chartres, Hotel de la Societé Archéologique d'Eure-et-Loire, 1911. p.121.
- MEYER, W. "Zwei Gedichte zur Geschichte des Cistecienser Ordens" In: *Nachrichten von der Königlichen Gesellschaft de Wissenschaften zu Göttingen, Philologisch-historische Klasse*. Berlin, 1908.
- PEPIN, R. E. *Literature of Satire in the Twelfth Century: a neglected mediaeval genre*. Nova Iorque: Edwin Mellen Press, 1988.
- RAMSAY, G. G. (Trad.). *Juvenal and Persius*. Massachusetts: Harvard University Press, 1996.
- RUDD, N. (Trad.). *Epistles, book II and Epistle to the Pisones ('Ars Poetica')*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- SEABRA, A. *Ethos e Pathos na Retórica a Herênio*. Dissertação de Mestrado – FFLCH/ USP, 2003.
- SOUTHERN, R. W. "Humanism and the School of Chartres". In : *Medieval Humanism and other studies*. Oxford, 1970.
- STONE, L. "The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History." In: *Past and Present*, n.85, 1979.
- VERGER, J. *La renaissance du XIIIe siècle*. Paris: du Cerf, 1999.
- WARD, J. O. "From antiquity to the Renaissance: Glosses and Commentaries on Cicero's *Rhetorica*" In: MURPHY, J. J (ed.). *Medieval Eloquence: Studies in the theory and Practice of Medieval Rhetoric*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1978.
- WHITE, H. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, [1978].